

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**  
**Período de Análise: julho de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis

## Índice

Em sete anos, PAA já investiu R\$ 2,7 bilhões na compra de 2,6 milhões de toneladas de alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2010 .....	3
Preço de alimento cai, e baixa renda tem deflação em junho – Folha de São Paulo – Mercado – 07/07/2010.....	4
Oferta regular de alimentos deve pressionar menos a inflação – Paulo Pichetti – Folha de São Paulo – Mercado – 10/07/2010.....	5
Oferta regular de alimentos deve pressionar menos a inflação – Paulo Pichetti – Folha de São Paulo – Mercado – 10/07/2010.....	6
Alerta em alimento não saudável pode cair – Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida – 14/07/2010 .....	7
Pobreza cai mais onde crescimento foi menor – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia – 14/07/2010.....	7
Produtividade agrícola pode garantir a segurança alimentar - GERALDO BARROS - Folha de São Paulo – Mercado – 17/07/2010.....	8
Produtividade agrícola pode garantir a segurança alimentar - GERALDO BARROS - Folha de São Paulo – Mercado – 17/07/2010.....	9
Queda nos preços dos alimentos teria ocorrido mesmo sem aumento do juro - JOÃO SABOIA - Folha de São Paulo – Mercado – 22/07/2010 .....	10
Projeto para uso da biodiversidade em agricultura deve melhorar alimentação - <i>Carine Corrêa</i> – Sítio Eletrônico do MMA – 23/07/2010 .....	11
Balanço da CNA: produção aumenta e preços caem 13,26% - Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2010.....	12
A alimentação dos brasileiros está cada vez mais envenenada – Pedro Carrano- Sítio Eletrônico do MST – 29/07/2010 .....	13

## **Em sete anos, PAA já investiu R\$ 2,7 bilhões na compra de 2,6 milhões de toneladas de alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2010**

Neste período, foram envolvidos, em média, 114 mil agricultores familiares por ano, ao mesmo tempo em que alimentos de boa qualidade chegaram a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) fechava o ano com investimentos de R\$ 145 milhões aplicados na compra de 135 mil toneladas de alimentos distribuídos para 185 mil pessoas em todo o País. Sete anos depois – o aniversário do programa é neste 6 de julho –, os números do PAA cresceram mais de 400%, mostrando a importância dessa ação. Em 2009, os recursos somaram R\$ 590 milhões, com 484 mil toneladas compradas de 114 mil agricultores familiares e distribuídas para 13 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nesses sete anos, o PAA já aplicou R\$ 2,7 bilhões, incluindo recursos dos orçamentos dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a compra de R\$ 2,6 bilhões de toneladas de alimentos, que foram distribuídos para a rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, montagem de cestas de alimentos e formação de estoques do governo. Hoje o programa está presente em mais de 2,3 mil municípios de todos os Estados e beneficia milhares de agricultores.

José de Patrocínio Ferreira, de Campina Grande (PB), é um desses agricultores. Desde que passou a comercializar sua produção para o PAA, em 2006, sua renda melhorou. “Antes, vendia hortaliças nas feiras e não tinha segurança para melhorar de vida. Melhorou quando acessei o PAA. Hoje, vendo ao programa R\$ 800 por mês.” Nesses três anos, ele conseguiu reformar a casa, trocar de carro e construir um novo reservatório de água para fazer irrigar as plantações de repolho, couve-flor, agrião, alface, quiabo, tomate e cebolinha.

O mesmo resultado obteve o agricultor José Arimatéia de Sousa, que, antes do PAA, pensou em deixar a vida no campo e se mudar para o Rio de Janeiro, na tentativa de oferecer futuro melhor para os filhos. “Antes não tinha lucro certo. Se fosse vender nas feiras, voltava com quase toda a mercadoria”, lembra. A situação hoje é bem diferente. Com os R\$ 900 por mês que comercializa de produtos para o programa, conseguiu construir quatro barreiros para irrigação e comprar um caminhão em sociedade com três parentes. A produção aumentou. Além de hortaliças, que vende para o PAA, cultiva verduras e laranja.

**Distribuição** – A Região Nordeste é onde se concentra a maior destinação dos recursos do PAA, chegando a 45%. Depois vem a Região Sul, com 28%, seguida da Sudeste, com 21%; da Norte, com 4%; e da Centro-Oeste, com 2%. Em 2009, hortaliças, raízes e tubérculos representaram 25% dos produtos adquiridos pelo PAA na modalidade compra com doação simultânea, operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Em segundo lugar, ficaram as frutas, polpas e sucos, com 22%. Em terceiro, leite e derivados, com 10,4%.

**PAA** – O programa visa garantir acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão econômica e social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, abastece equipamentos públicos de alimentação e nutrição – Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e a rede socioassistencial.

O PAA prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e os doa a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Parte dos alimentos destina-se à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal.

A aquisição de alimentos, no contexto do PAA, é dispensada de licitação e os preços aplicados não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais.

As modalidades do programa são definidas por decreto presidencial e os limites financeiros de participação por agricultor familiar variam por modalidade. Atualmente, os limites anuais de participação são: nas modalidades de compra com doação simultânea (operacionalizada por Estados, municípios e Conab), R\$ 4,5 mil/ família; nas modalidades compra direta e formação de estoques, ambas operacionalizadas pela Conab, R\$ 8 mil; e na de incentivo a produção e consumo de leite, R\$ 4mil/ semestre.

Nas regras atuais, é possível uma família de agricultores acessar simultaneamente as diferentes modalidades, alcançando um teto de operações no valor de R\$ 16 mil, desde que, na modalidade de apoio à formação de estoques pela agricultura familiar, a quitação da Cédula do Produtor Rural (CPR-Estoque) seja feita financeiramente.

**PAA em números** – Entre 2003 e 2009, o PAA aplicou mais de R\$ 2,7 bilhões na compra de alimentos da agricultura familiar, para doação a pessoas em situação de insegurança alimentar ou formação de estoques estratégicos de alimentos. Desses, R\$ 2,4 bilhões tiveram origem nos orçamentos do MDS e R\$ 314 milhões do MDA.

Nesse período, a execução do programa contou com diversos parceiros. Por meio de convênios com governos municipais, foram implementados 6% dos recursos. Com os governos estaduais, 43,8% do montante financeiro, incluindo o desenvolvimento da modalidade de incentivo a produção e consumo do leite. E, por meio da cooperação da Conab com MDS e MDA, foram despendidos 50,2% dos recursos do programas.

Em 2010, o PAA tem orçamento de R\$ 749,1 milhões, dos quais R\$ 639 milhões do MDS. O ministério executa o programa em parceria com a Conab, governos estaduais e municipais.

### **Preço de alimento cai, e baixa renda tem deflação em junho** – Folha de São Paulo – Mercado – 07/07/2010

A inflação para a faixa da população de menor renda se desacelerou em junho, com variação negativa de 0,38%. Foi a menor taxa desde setembro de 2008, quando o índice recuou 0,57%.

Com esse resultado, o indicador acumula alta de 4,78% no ano e de 5,49% nos últimos 12 meses, de acordo com a FGV (Fundação Getulio Vargas).

O IPC-C1 (Índice de Preços ao Consumidor-Classe 1) é calculado a partir das despesas das famílias com renda mensal entre 1 e 2,5 salários mínimos (de R\$ 510 a R\$ 1.275).

Em junho, o IPC-BR (Índice de Preços ao Consumidor-Brasil) registrou queda de 0,21%. A taxa do indicador nos últimos 12 meses ficou em 4,93%.

Cinco das sete classes de despesa componentes do índice apresentaram queda em suas taxas de variação.

O principal destaque foi o grupo alimentação (-0,20% para -1,31%). Também apresentaram recuos nas variações os grupos habitação (0,63% para 0,14%), saúde e cuidados pessoais (0,66% para 0,40%), educação, leitura e recreação (zero para -0,05%) e vestuário (0,80% para 0,78%).

A taxa do grupo transportes recuou 0,01%. Em alta, o grupo despesas diversas subiu de 0,16% para 1,64%.

Já o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe se desacelerou para 0,04% em junho, após a alta de 0,22% no mês anterior.

### **Oferta regular de alimentos deve pressionar menos a inflação – Paulo Pichetti – Folha de São Paulo – Mercado – 10/07/2010**

Os últimos números divulgados pelos diferentes índices de preços ao consumidor em junho mostram grande desaceleração, com números mostrando estabilidade ou mesmo deflação. O principal responsável por esse comportamento é o mesmo responsável pela grande elevação desses índices entre o final de 2009 e os primeiros meses de 2010: o grupo alimentação. Em uma perspectiva temporal maior, é interessante ver o que está acontecendo, tanto para entender o comportamento da inflação como um todo como para avaliar o provável cenário futuro dos preços dos alimentos. Tomando o IPC-S da FGV como base, o índice acumulado nos primeiros seis meses de 2010 foi de 3,64%. Desse total, 41% foram decorrentes de itens do grupo alimentação, cujo peso para o índice é de cerca de 25,6%. O principal motivo por trás dessa elevação do grupo alimentação está ligado aos problemas de oferta, por sua vez decorrentes do clima atípico do verão. Em que pese uma pressão do lado da demanda decorrente do aumento da massa salarial, é fácil ver que esse não é o principal fator por trás do aumento dos preços dos alimentos, uma vez que o aumento não é disseminado entre os vários subgrupos. Mesmo com a queda de preços nos dois últimos meses, o subgrupo hortaliças e legumes terminou o semestre com aumento de 11% (tendo chegado a 28% em abril), sendo responsável por mais de 10% do total acumulado do IPC-S no período. Por outro lado, o grupo aves e ovos praticamente não teve variações de preço ao longo do primeiro semestre, terminando com aumento acumulado de apenas 0,4%. Outros exemplos incluem o feijão, que teve aumento de 69,6% nos primeiros seis meses de 2010 (tendo chegado a 71,6% em maio), contrastando com o pão francês, acumulando aumento de apenas 2,2% no mesmo período. Tais disparidades não podem ser explicadas por um contexto geral de maior demanda, mas sim por problemas específicos de oferta, principalmente em itens perecíveis que não podem ter preços regulados por estoques, e que foram afetados pelo excesso de chuvas em algumas regiões, e pela seca em outras (como no caso do leite) no mesmo período. Assim, o comportamento recente de queda nos preços dos itens que justamente tiveram maiores elevações pode ser entendido dentro do contexto de um movimento de regularização da oferta. A continuarem as condições climáticas mais favoráveis, esse movimento deve prosseguir nas próximas semanas, recompondo os valores reais de equilíbrio de mercado para esses itens. Nesse cenário, o movimento dos preços dos alimentos deve então refletir o aumento da demanda decorrente da expansão da massa salarial, certamente abaixo dos níveis observados no início de 2010. **PAULO PICCHETTI** é coordenador do IPC-S/FGV e professor da EESP/FGV.

**Oferta regular de alimentos deve pressionar menos a inflação** – Paulo Pichetti –  
Folha de São Paulo – Mercado – 10/07/2010

Os últimos números divulgados pelos diferentes índices de preços ao consumidor em junho mostram grande desaceleração, com números mostrando estabilidade ou mesmo deflação.

O principal responsável por esse comportamento é o mesmo responsável pela grande elevação desses índices entre o final de 2009 e os primeiros meses de 2010: o grupo alimentação.

Em uma perspectiva temporal maior, é interessante ver o que está acontecendo, tanto para entender o comportamento da inflação como um todo como para avaliar o provável cenário futuro dos preços dos alimentos.

Tomando o IPC-S da FGV como base, o índice acumulado nos primeiros seis meses de 2010 foi de 3,64%. Desse total, 41% foram decorrentes de itens do grupo alimentação, cujo peso para o índice é de cerca de 25,6%.

O principal motivo por trás dessa elevação do grupo alimentação está ligado aos problemas de oferta, por sua vez decorrentes do clima atípico do verão.

Em que pese uma pressão do lado da demanda decorrente do aumento da massa salarial, é fácil ver que esse não é o principal fator por trás do aumento dos preços dos alimentos, uma vez que o aumento não é disseminado entre os vários subgrupos.

Mesmo com a queda de preços nos dois últimos meses, o subgrupo hortaliças e legumes terminou o semestre com aumento de 11% (tendo chegado a 28% em abril), sendo responsável por mais de 10% do total acumulado do IPC-S no período.

Por outro lado, o grupo aves e ovos praticamente não teve variações de preço ao longo do primeiro semestre, terminando com aumento acumulado de apenas 0,4%.

Outros exemplos incluem o feijão, que teve aumento de 69,6% nos primeiros seis meses de 2010 (tendo chegado a 71,6% em maio), contrastando com o pão francês, acumulando aumento de apenas 2,2% no mesmo período.

Tais disparidades não podem ser explicadas por um contexto geral de maior demanda, mas sim por problemas específicos de oferta, principalmente em itens perecíveis que não podem ter preços regulados por estoques, e que foram afetados pelo excesso de chuvas em algumas regiões, e pela seca em outras (como no caso do leite) no mesmo período.

Assim, o comportamento recente de queda nos preços dos itens que justamente tiveram maiores elevações pode ser entendido dentro do contexto de um movimento de regularização da oferta.

A continuarem as condições climáticas mais favoráveis, esse movimento deve prosseguir nas próximas semanas, recompondo os valores reais de equilíbrio de mercado para esses itens. Nesse cenário, o movimento dos preços dos alimentos deve então refletir o aumento da demanda decorrente da expansão da massa salarial, certamente abaixo dos níveis observados no início de 2010.

**PAULO PICCHETTI** é coordenador do IPC-S/FGV e professor da EESP/FGV.

**Alerta em alimento não saudável pode cair** – Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida – 14/07/2010

A resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com regras mais rígidas para a propaganda de alimentos com altos teores de gordura, açúcar ou sódio pode ser suspensa por recomendação da Advocacia - Geral da União (AGU). O pedido da AGU foi entregue ontem à ANVISA. A suspensão ainda tem de ser apreciada pela Consultoria- Geral da União. Procurada pelo **Estado**, a Anvisa não se manifestou. Editada há menos de 15 dias, a resolução é resultado de mais de três anos e meio de debates e consultas.

Considerada como um instrumento importante para tentar prevenir a alimentação inadequada e a obesidade, a resolução determinava que propagandas de determinados alimentos e bebidas com baixo teor nutritivo viessem acompanhadas de mensagens de advertências sobre males à saúde que eles podem provocar quando consumidos em excesso. Mas a recomendação da AGU, assinada pelo ministro Luís Inácio Adams, afirma ainda ser preciso analisar se tais regras podem ser determinadas pela agência ou se devem ser feitas por lei federal. A avaliação da AGU é uma resposta à consultado Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), para quem a Anvisa não teria competência para impor restrições à propaganda.

Em 2007, a AGU fez recomendação semelhante em relação à publicidade de bebidas alcoólicas; e, em 2009, a medicamentos. Justamente por causa das experiências anteriores, a Anvisa procurou, na edição da resolução sobre propaganda de alimentos, trabalhar de forma cautelosa e consultar várias vezes um grupo de trabalho com representantes da AGU.

**Pobreza cai mais onde crescimento foi menor** – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia – 14/07/2010

As regiões brasileiras que menos cresceram entre 1995 e 2008 foram as que tiveram maior redução da pobreza e da miséria. E, inversamente, as que mais se expandiram foram as com menor queda da pobreza e da miséria.

Essa constatação, aparentemente paradoxal, está num estudo recém-divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o trabalho, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram os menores crescimentos médios anuais do Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 1995 a 2008, de respectivamente 2,3% e 2,5%. Ainda assim, a Região Sul teve as maiores quedas médias anuais da pobreza e da miséria, de 3% e 3,7%. Na Região Sudeste, a pobreza caiu 2,3% ao ano, segundo melhor resultado do Brasil, e o recuo médio anual da miséria foi de 2,7%, também o segundo melhor, junto com o Nordeste. Já a Região Centro-Oeste foi a que mais se expandiu naquele período, com crescimento médio anual do PIB per capita de 5,3%. Em segundo lugar, vem a Região Norte, com 3,6%.

A pobreza e a miséria, porém, tiveram quedas anuais de apenas 0,9% e 2,3%, no caso da Região Centro-Oeste; e de 1,1% e 1,6%, na Região Norte. Todas as outras regiões do Brasil tiveram quedas anuais médias da pobreza e da miséria, entre 1995 e 2008, superiores às das Regiões Centro-Oeste e Norte. Marcio Pochmann, presidente do

Ipea, diz que não há estudos prontos para avaliar por que esse fenômeno paradoxal ocorreu, mas os técnicos do Ipea já estão investigando. A sua hipótese inicial é de que a presença de uma economia mais desenvolvida e geradora de empregos na indústria e nos serviços, de instituições mais consolidadas e de organizações da sociedade civil mais atuantes possa explicar porque Sul e Sudeste tiveram mais avanço nos indicadores sociais, mesmo crescendo menos. Inversamente, regiões mais dependentes da agropecuária de exportação e da extração de recursos minerais teriam um tipo de crescimento menos criador de empregos, e menos eficaz socialmente. “O futuro do Brasil não pode estar apenas na produção de bens primários para a exportação”, disse Pochmann.

#### **Fim da miséria.**

O estudo divulgado ontem mostrou também que uma grande ênfase na redução das desigualdades regionais será necessária para que o Brasil acabe com a miséria e reduza a pobreza a apenas 4% da população em 2016. Essas projeções estão num estudo de janeiro do Ipea, e podem ocorrer desde que o ritmo de redução da pobreza e da miséria entre 2009 e 2016 seja o mesmo apresentado entre 2003 e 2008. O problema, porém, é que, para que aquelas projeções se cumpram, em alguns Estados, como Alagoas e Maranhão, os indicadores terão de ser melhorados num ritmo bem mais rápido do que o do País como um todo.

### **Produtividade agrícola pode garantir a segurança alimentar - GERALDO**

BARROS - Folha de São Paulo – Mercado – 17/07/2010

**ESPECIAL PARA A FOLHA** A alta dos preços dos alimentos nos últimos anos foi bastante preocupante, pois perto de 1 bilhão de pessoas (algo como pouco mais de cinco vezes a população brasileira) ainda defrontam-se com fome e subnutrição. O problema vinha se atenuando desde os anos 1970, em grande parte devido a avanços na produtividade com expressiva redução de preços. Entretanto, instituições importantes como o Banco Mundial detectaram desaceleração na produtividade da terra ("yield") nos anos 2000, o que poderia, ao lado da forte expansão da demanda, explicar a elevação de preços e levar a novas crises quando a economia mundial voltar a crescer. Keith O. Fuglie, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), avaliou a tendência da produtividade da agropecuária em escala mundial. Em vez de focar na produtividade da terra ou do trabalho, ele mediu a Produtividade Total dos Fatores (PTF), evitando interpretações incorretas decorrentes do uso de medidas parciais. Por exemplo, a produtividade do trabalho é influenciada por investimentos em mecanização; a da terra, pelos gastos com fertilizantes e corretivos. É possível aumentar a produção de duas maneiras. Uma delas envolve o uso maior dos recursos produtivos disponíveis, gastando-se mais, evidentemente. A outra se dá por mudança tecnológica, que disponibiliza insumos e máquinas de melhor qualidade, mão de obra mais qualificada e melhores práticas administrativas, sem necessariamente levar a maiores gastos. A PTF compara o crescimento da produção ao do uso de terra, trabalho, capital e insumos. Se a produção crescer mais que o emprego desses recursos, a PTF aumenta e reduções de preços são factíveis. O estudo mostra que a PTF nos



últimos 20 anos (1990 em diante), cresceu duas vezes mais rapidamente (1,6% ao ano) do que nas duas décadas anteriores (1970 a 1990). Ela responde por 70% do crescimento de pouco mais de 2% ao ano da produção. O que vem se desacelerando são os recursos aplicados na produção agrícola, cuja taxa de crescimento caiu 60% entre os dois períodos. Na América do Norte e na Europa, desde 1980 houve redução generalizada nos recursos aplicados, com leve retração na produção. Profunda queda de recursos houve também na antiga União Soviética após o desmantelamento do bloco. O Brasil apresentou o melhor desempenho em termos de PTF, que, desde 1980, vem crescendo a mais de 3% ao ano, o que explica 83% do aumento de produção. A liderança brasileira, porém, não é isolada: a China segue no seu calcanhar, graças a reformas institucionais e a mudanças tecnológicas. O investimento na agricultura chinesa vem crescendo tanto quanto ou mais rapidamente do que no Brasil. Na África, o investimento e a PTF vêm crescendo, mas não o bastante para garantir segurança alimentar. O crescimento futuro da produção deverá proceder da América Latina e da Ásia, que ainda investem no setor agrícola e mantêm sistemas eficientes de pesquisa e extensão. Espera-se que haja maior cooperação entre elas e a África. Da parte dos produtores, a lição de casa vem sendo feita. Salvo por problemas climáticos, novas crises de commodities poderão ser evitadas se os governos não deixarem que a demanda dispare.

**GERALDO BARROS** é professor titular da USP/Esalq e coordenador científico do Cepea/Esalq/USP.

### **Produtividade agrícola pode garantir a segurança alimentar - GERALDO BARROS - Folha de São Paulo – Mercado – 17/07/2010**

A alta dos preços dos alimentos nos últimos anos foi bastante preocupante, pois perto de 1 bilhão de pessoas (algo como pouco mais de cinco vezes a população brasileira) ainda defrontam-se com fome e subnutrição.

O problema vinha se atenuando desde os anos 1970, em grande parte devido a avanços na produtividade com expressiva redução de preços.

Entretanto, instituições importantes como o Banco Mundial detectaram desaceleração na produtividade da terra ("yield") nos anos 2000, o que poderia, ao lado da forte expansão da demanda, explicar a elevação de preços e levar a novas crises quando a economia mundial voltar a crescer.

Keith O. Fuglie, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), avaliou a tendência da produtividade da agropecuária em escala mundial.

Em vez de focar na produtividade da terra ou do trabalho, ele mediu a Produtividade Total dos Fatores (PTF), evitando interpretações incorretas decorrentes do uso de medidas parciais.

Por exemplo, a produtividade do trabalho é influenciada por investimentos em mecanização; a da terra, pelos gastos com fertilizantes e corretivos. É possível aumentar a produção de duas maneiras. Uma delas envolve o uso maior dos recursos produtivos disponíveis, gastando-se mais, evidentemente.

A outra se dá por mudança tecnológica, que disponibiliza insumos e máquinas de melhor qualidade, mão de obra mais qualificada e melhores práticas administrativas, sem necessariamente levar a maiores gastos.

A PTF compara o crescimento da produção ao do uso de terra, trabalho, capital e insumos. Se a produção crescer mais que o emprego desses recursos, a PTF aumenta e reduções de preços são factíveis.

O estudo mostra que a PTF nos últimos 20 anos (1990 em diante), cresceu duas vezes mais rapidamente (1,6% ao ano) do que nas duas décadas anteriores (1970 a 1990).

Ela responde por 70% do crescimento de pouco mais de 2% ao ano da produção.

O que vem se desacelerando são os recursos aplicados na produção agrícola, cuja taxa de crescimento caiu 60% entre os dois períodos.

Na América do Norte e na Europa, desde 1980 houve redução generalizada nos recursos aplicados, com leve retração na produção.

Profunda queda de recursos houve também na antiga União Soviética após o desmantelamento do bloco.

O Brasil apresentou o melhor desempenho em termos de PTF, que, desde 1980, vem crescendo a mais de 3% ao ano, o que explica 83% do aumento de produção.

A liderança brasileira, porém, não é isolada: a China segue no seu calcanhar, graças a reformas institucionais e a mudanças tecnológicas.

O investimento na agricultura chinesa vem crescendo tanto quanto ou mais rapidamente do que no Brasil.

Na África, o investimento e a PTF vêm crescendo, mas não o bastante para garantir segurança alimentar.

O crescimento futuro da produção deverá proceder da América Latina e da Ásia, que ainda investem no setor agrícola e mantêm sistemas eficientes de pesquisa e extensão. Espera-se que haja maior cooperação entre elas e a África.

Da parte dos produtores, a lição de casa vem sendo feita. Salvo por problemas climáticos, novas crises de commodities poderão ser evitadas se os governos não deixarem que a demanda dispare.

**GERALDO BARROS** é professor titular da USP/Esalq e coordenador científico do Cepea/Esalq/USP.

**Queda nos preços dos alimentos teria ocorrido mesmo sem aumento do juro -**  
JOÃO SABOIA - Folha de São Paulo – Mercado – 22/07/2010

ESPECIAL PARA A FOLHA O Copom voltou a aumentar ontem a taxa básica de juros da economia (Selic). A razão é a mesma de sempre: as altas dos preços que ameaçam o não cumprimento da meta inflacionária do ano, de 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O comportamento da taxa neste ano lembra o ocorrido em 2008, quando sofreu aumento contínuo devido às pressões inflacionárias do início do ano, só recuando a partir de janeiro de 2009, quando o país sofria fortes reflexos da crise econômica. Assim como em 2008, as pressões inflacionárias deste ano estão muito influenciadas por aumento nos preços dos alimentos que, segundo o IBGE, seriam "decorrentes, em grande parte, de problemas

climáticos neste ano". Em outras palavras, combate-se a inflação causada principalmente por choques de oferta com o remédio adequado para choques de demanda. Vejamos os números do IPCA. Ao fechar o primeiro semestre de 2010, a inflação mensal de junho foi zero, ou seja, não houve inflação naquele mês. Por outro lado, no trimestre encerrado em junho ela atingiu 1%. No acumulado do ano, ela atinge 3,1% e, nos últimos 12 meses, 4,8%. Portanto, o ritmo inflacionário deste ano anda muito próximo da meta de 4,5%. Os três principais itens do IPCA -alimentação, transporte e habitação- representam mais da metade do peso no cálculo do índice. Desses, apenas a alimentação contribuiu acima da média do IPCA, atingindo 4,5% no primeiro semestre. O aumento da habitação foi de 2,2%, enquanto os transportes subiram só 1,5%. No caso da educação o aumento semestral foi de 5,6%, nas despesas pessoais, 4,2%, no vestuário, 3,3%, e na saúde, 3,1%. Esses quatro itens representam cerca de um terço do IPCA. A aceleração inflacionária do início do ano foi claramente revertida a partir de maio, quando o preço dos alimentos passou a contribuir para a queda da inflação. Em junho, por exemplo, houve redução de 0,9% nos preços dos alimentos. Por sinal, a queda foi generalizada -ocorreu nas 11 regiões cobertas pelo IPCA. O movimento de queda da inflação continua forte neste mês, conforme mostram os resultados do IPCA-15 divulgado recentemente. Os preços dos alimentos permanecem em queda e o ritmo de crescimento dos preços dos itens não alimentícios é muito baixo. O IPCA deverá apresentar ser negativo neste mês. Caminhamos, portanto, para o cumprimento da meta inflacionária de 2010. O mesmo item que a ameaçou no início do ano está agora contribuindo favoravelmente. A maior ironia nesse caso é que a queda nos preços dos alimentos teria acontecido mesmo sem o aumento da taxa Selic.

**JOÃO SABOIA** é diretor do Instituto de Economia da UFRJ.

**Projeto para uso da biodiversidade em agricultura deve melhorar alimentação -**  
*Carine Corrêa* – Sítio Eletrônico do MMA – 23/07/2010

Para valorizar a importância da biodiversidade na agricultura, está sendo desenvolvido um projeto de conservação e uso sustentável da diversidade biológica para melhorar a nutrição e garantir segurança alimentar no Brasil, Quênia, Sri Lanka e Turquia.

A ação terá como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e o centro internacional de pesquisas em recursos genéticos *Bioversity International*. Contará, ainda, com o apoio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Além de ampliar o número das espécies utilizadas na alimentação e mitigar os problemas decorrentes da simplificação da dieta, a proposta busca o fortalecimento, a conservação e o manejo sustentável da agrobiodiversidade, especialmente por meio da ação conjugada de programas e estratégias já existentes relacionadas à segurança alimentar e nutricional desenvolvidas no Brasil, como o Fome Zero - o Programa de Aquisição de Alimentos -, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O diretor de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, esclarece que o programa possui três pontos principais: levantamento de informações técnicas sobre o valor nutricional de plantas nativas (que devem auxiliar

instituições parceiras em compras públicas, alimentação escolar e outras áreas); promoção de capacitação e treinamento técnico para valorizar o aspecto nutricional de espécies locais; e a disseminação e divulgação destas informações para ajudar órgãos e instituições parceiras a incorporarem estes dados nos diferentes setores que desenvolvem políticas públicas.

De acordo com Danny Hunter, cientista sênior do *Bioversity International*, os quatro países apresentam regiões onde há fome e dietas muito simplificadas, de baixo valor nutricional. Ele explica que a intenção é promover a diversificação da base alimentar nestes locais e reavivar o interesse pela alimentação tradicional de cada nação. "Certas espécies nativas e tradicionais possuem valor nutricional mais elevado do que muitos cereais conhecidos, como arroz, batata e feijão", afirma.

Para a coordenadora de projetos de agrobiodiversidade do Pnuma, Marieta Sakalian, as nações participantes estão aptas a promover uma agricultura baseada na biodiversidade, que possibilite a diversificação e introdução de alimentos com alto potencial nutricional. "O Brasil, por exemplo, tem lições importantes para compartilhar com outros países do mundo, que podem aprender muito com os resultados deste projeto."

#### **Balanco da CNA: produção aumenta e preços caem 13,26% - Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2010**

**Brasília (27/07/2010)** – Estudos preliminares da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam que os agricultores perderam renda por causa dos baixos preços praticados no mercado. Balanço da CNA mostra que os custos com depreciação e capital investido na atividade ficaram acima da receita obtida. A colheita recorde de 146 milhões de toneladas de grãos na safra atual, 2009/10, não favoreceu os produtores rurais, pois os preços caíram 13,26% em relação ao ano passado.

A expectativa é que esse prejuízo possa ser compensado na próxima safra com a redução dos custos de produção. Para a safra 2010/11 de soja, que começa a ser cultivada em meados de setembro, no Centro-Oeste, estima-se uma queda de 10% a 15% nos gastos com insumos. A queda nos preços dos fertilizantes é um dos fatores que justifica a previsão de recuo, explica a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Os produtores do Paraná devem gastar, em média, R\$ 1.100,00 para cultivar um hectare com sementes de soja convencional na safra 2010/11. O estudo elaborado pela área técnica da CNA revela que as lavouras de soja podem garantir margem operacional (lucro considerado após descontar o custo da receita) melhor em relação ao milho de verão na próxima safra no Sul do País.

A previsão mostra que poderá haver recuperação da rentabilidade da soja. "Em comparação com o milho de verão, a soja continua como melhor alternativa. É esperada uma redução na área de milho de verão e conseqüente aumento na área de soja na região Sul", explica a senadora.

O quadro é favorável ao plantio de soja também no Centro-Oeste. Na região, predominará a soja na safra de verão, combinada com o crescimento da área plantada com algodão, reflexo da valorização das cotações da pluma no mercado internacional. Na avaliação da CNA, a tendência é que os produtores optem pelo milho só na segunda

safrinha, em 2011. “A decisão de plantio da safrinha será tomada no final de 2010”, lembrou.

A presidente da CNA também fez um balanço da safra 2009/10 de soja. A produção somou 68,71 milhões de toneladas, crescimento de 20% em relação à safra anterior. Os Estados do Paraná e do Mato Grosso produziram, juntos, 33 milhões de toneladas de soja, o que representa 48% da produção total. “As ótimas produtividades, principalmente no sul do País, obtidas em função do uso intensivo de tecnologia, da influência positiva do clima e o aumento da área plantada em 7,4% garantiram o excepcional resultado”, avalia a senadora.

Em termos de preço, a média anual nominal foi de R\$ 40,87 por saca de 60 quilos, 13,74% inferior ao valor da safra 2008/09. Os valores são para soja em grão a granel, tipo exportação, no Paraná, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O balanço revela que, ao longo da safra 2009/10, exceto no período de julho de 2009 a outubro de 2009, os preços médios caíram fortemente, chegando ao valor de R\$ 33,13 por saca de soja.

Os técnicos da CNA avaliaram ainda a relação entre oferta e demanda e constataram recuperação dos estoques finais em 2009/10. “Na safra passada, o forte desempenho das exportações e o alto consumo interno reduziram significativamente os estoques do grão”, explicou a senadora.

**Reunião** - As perspectivas para a safra 2010/11 e um balanço da safra passada foram discutidos, em Brasília, por representantes de 10 Federações estaduais de agricultura. No encontro, o grupo enfatizou que a ampliação da produção significa queda nos preços.

## **A alimentação dos brasileiros está cada vez mais envenenada – Pedro Carrano- Sítio Eletrônico do MST – 29/07/2010**

Pesquisadores e movimentos sociais alertam sobre a duplicação em um ano dos índices de uso de agrotóxicos no Brasil

O brasileiro ingeriu, em média, 3,7 quilos de agrotóxicos em 2009. Trata-se de uma massa de cerca de 713 milhões de toneladas de produtos comercializadas no país por cerca de seis corporações transnacionais. Estas empresas controlam toda a cadeia produtiva, da semente ao agroquímico ligado a ela. Uma condição que pressiona o agricultor familiar, refém da compra do “pacote tecnológico” gerador da dependência na produção. O capital dessas companhias do ramo é maior que o produto interno bruto da maioria dos países da Organização das Nações Unidas. Só no Brasil lucraram 6,8 bilhões de dólares em 2009.

Para tanto, o país ergueu a taça de campeão mundial em uso de agrotóxicos e bateu outro recorde: duplicou o consumo em relação a 2008. Relatórios recentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que vem sendo criticado pelo lobby do agronegócio, apontam que 15% dos alimentos pesquisados pelo órgão apresentaram taxa de resíduos de veneno em um nível prejudicial à saúde. Cana-de-açúcar, soja, arroz, milho, tabaco, tomate, batata, hortaliças (veja tabela) são produtos do dia-a-dia que passaram a ter alto índice de toxicidade.

Agroquímico, semente, terra e mercado fazem parte da mesma cadeia produtiva sob controle dos monopólios. Larissa Parker, advogada da Terra de Direitos, aponta uma relação direta entre a concentração do mercado de sementes e de agrotóxicos. A

transnacional Monsanto controla de 85 a 87% do mercado de sementes. No caso do transgênico Milho BT (da empresa estadunidense), de acordo com a advogada, o próprio cereal é desenvolvido com uma toxina contra determinado tipo de praga. Ainda assim, agricultores no Rio Grande do Sul precisaram realizar mais de duas aplicações de agrotóxicos na lavoura. Os insetos mostraram-se resistentes à substância tóxica. Na Argentina, as corporações cobram patentes apenas dos agrotóxicos e não das sementes, já que o seu uso está atrelado a elas.

Apesar de surgir como a “salvação da lavoura”, prometendo aumento de produtividade, a introdução do químico ligado à semente transgênica incentivou o aumento do uso de tóxicos. O cultivo da soja teve uma variação negativa em sua área plantada (- 2,55%) e, contraditoriamente, uma variação positiva de 31,27% no consumo de agrotóxicos, entre os anos de 2004 a 2008, como explicam os professores Fernando Ferreira Carneiro e Vicente Soares e Almeida, do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

Além disso, produtos que foram barrados no exterior são usados em diferentes cultivos brasileiros. Entre dezenas de substâncias perigosas, o endosulfan, por exemplo, é um inseticida cancerígeno, proibido há 20 anos na União Europeia, Índia, Burkina Faso, Cabo Verde, Nigéria, Senegal e Paraguai. Mas não é proibido no Brasil, onde é muito usado na soja e no milho.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

